

JORNAL DA A AGRICULTURA FAMILIAR EM EVIDÊNCIA

fetaep

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ

E D I Ç Ã O 1 7 1 - A B R I L D E 2 0 2 0



Agudos do Sul mostra como a união fortalece a agricultura

Agricultores dão o exemplo com parcerias que geram renda

Páginas 4 e 5

Agricultura familiar aposta na tecnologia para manter as vendas

Ministério da Educação publica orientações para execução do PNAE

Página 15

EDITORIAL

A agricultura familiar é essencial no combate a Covid-19

O setor da agricultura familiar é estratégico para que o mundo consiga superar o novo coronavírus. Se faltarem alimentos ou se o abastecimento for prejudicado pela crise, a saúde dos brasileiros será afetada diretamente. Por isso, os produtores trabalham incansavelmente para garantir alimentos de qualidade e, conseqüentemente, renda. No Paraná temos acompanhado bons exemplos de alternativas para escoar a produção que vamos mostrar nesta edição.

No Brasil, a agricultura familiar é a principal produtora de alimentos. De acordo com o censo agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como sendo de agricultura familiar. O censo aponta ainda que o setor é responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários.

Esses pequenos agricultores são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

A agricultura é um setor essencial para a população e não pode parar. É a agricultura que garante a soberania alimentar ao povo brasileiro. Falar de soberania alimentar é pensar em comida saborosa, com peso nutricional alto e com diversidade de proteínas. E isso é resultado do trabalho da agricultura familiar que, além de produzir com qualidade, respeita o solo.

Para manter essa produção, a FETAEP, juntamente com a FETARP e com os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, busca constantemente melhores condições e políticas públicas que garantam renda e qualidade de vida para os agricultores familiares do Paraná.

Juntos, somos mais fortes!

Boa leitura!
Marcos Brambilla
Presidente da FETAEP



Expediente

**INFORMATIVO DA
FEDERAÇÃO DOS
TRABALHADORES RURAIS
AGRICULTORES FAMILIARES
DO ESTADO DO PARANÁ**

Rua Piquiri, 890 – Rebouças
Curitiba / PR
(41)3149-9200

Presidente: Marcos Brambilla
Secretário de Finanças: José Amauri Denck
1º vice-presidente: Ivone Francisca de Souza
Secretário-geral: Alexandre Leal dos Santos
Jornalista Responsável: Aline Cambuy DRT 5746/PR – Talk Assessoria de Comunicação
Textos: Lucas Jensen
E-mail: imprensa@fetaep.org.br
Projeto gráfico e diagramação: Marcos Tavares – Talk Assessoria de Comunicação
Impressão: Gráfica Graciosa | **Tiragem:** 3 mil exemplares | **Apoio:** Senar-PR

ACONTECEU

Divulgação



STR de São Miguel do Iguçu completa 48 anos

A FETAEP parabeniza o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu pelos seus 48 anos. Parabéns a todos que fazem parte dessa história de lutas e conquistas, representando sempre os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

AEN



Ceasa anuncia medidas para o enfrentamento ao coronavírus

O diretor presidente das Centrais de Abastecimento do Paraná (Ceasa), Eder Eduardo Bublitz, anunciou medidas para o enfrentamento do novo coronavírus. As unidades da Ceasa foram fechadas durante cinco sábados para completa desinfecção. A Ceasa também reforçou a equipe de limpeza e conta com ações preventivas e busca ativa de infectados.

Mauro Scharnik / IAP



Safra do Pinhão será a menor no Paraná

No ano passado, o Paraná produziu cerca de 4,28 mil toneladas de pinhão. O Departamento de Economia Rural da Seab prevê uma redução entre 15% a 20% na produção em 2020.

Divulgação



Iapar-Emater passa a ser denominado IDR-Paraná

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-Iapar-Emater já tem uma nova identidade visual. Ele passa a ser identificado como IDR-Paraná. A denominação será usada em todas as ações de extensionistas e pesquisadores junto aos produtores.

FETAEP



FETAEP usa o YouTube para se conectar com os agricultores familiares

Desde o início da pandemia, a diretoria da FETAEP têm buscado alternativas para manter a comunicação com os STTRs e os agricultores familiares. Um canal bastante eficaz é o YouTube, onde a federação têm feito reuniões interativas com frequência. Cada encontro virtual têm registrado a presença de mais de 100 participantes.

FETAEP



Seab prorrogou o prazo do Compra Direta Paraná

Após a FETAEP intervir, os agricultores familiares ganharam mais prazo para elaboração dos projetos de venda do Programa Emergencial Compra Direta Paraná. O programa foi criado para manter a compra dos produtos provenientes da Agricultura Familiar.

SENAR-PARANÁ

QUALIFICANDO E
PROMOVENDO A
FAMÍLIA RURAL



sistemafaep.org.br

ABRIL 2020

AGRINHO E PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL CANCELADOS EM 2020



A preocupação com as pessoas vem em primeiro lugar. Atendendo às recomendações dos órgãos oficiais de saúde o Sistema FAEP SENAR-PR decidiu que não será realizado este ano o programa Agrinho, que ocorre junto às turmas de educação infantil, do ensino fundamental e da educação especial em todo Paraná. Como as aulas estão suspensas por conta da necessidade de isolamento social, o Agrinho retorna em 2021 com a distribuição de novo material didático e cursos específicos voltados aos professores. Aliás, as capacitações do Agrinho no formato EaD (Educação a Distância) seguem à disposição dos docentes de todo Estado. Os cursos podem ser feitos por meio da plataforma virtual SENAR Digital (www.senarpr.org.br).

Também obedecendo às recomendações de combate à pandemia, o Sistema FAEP/SENAR-PR, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR) decidiram cancelar este ano o Programa Empreendedor Rural (PER), que desde 2003 vem estimulando o empreendedorismo rural, premiando os melhores projetos em todo Paraná.

Em 2021 o PER será retomado com uma nova proposta de trabalho mais moderna e ligada à gestão, visando os resultados dentro da porteira. Até lá a gente se resguarda, toma um chá e nos preparamos para a próxima colheita.



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Titulares
Rosanne Curi Zarattini
Nelson Costa
Darcí Piana
Marcos Junior Brambilla

Membros Suplentes

Livaldo Gemin
Robson Malfoletti
Ari Faria Bittencourt
José Amauri Denck

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares
Sebastião Olímpio Santarozza

Paulo José Buso Junior
Carlos Alberto Gabiato

Membros Suplentes
Ana Thereza da Costa Ribeiro
Ciro Tadeu Alcântara
Aparecido Callegari

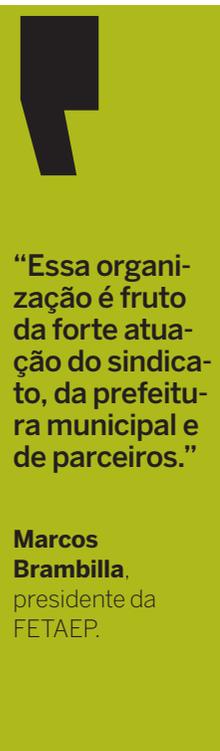
SUPERINTENDENTE

Debora Grimm

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | Fone: (41) 2106-0401 | Fax: (41) 3323-1779 | CEP: 80010-010 | Curitiba | PR



MARCOS BRAMBILLA
Pres. FETAEP



“Essa organização é fruto da forte atuação do sindicato, da prefeitura municipal e de parceiros.”

Marcos Brambilla,
presidente da
FETAEP.

O presidente da FETAEP, Marcos Brambilla, em entrevista para o Globo Rural.

Agudos do Sul mostra como a união fortalece a agricultura

Em tempos de crise, agricultores familiares do município dão o exemplo com parcerias que contribuem na geração de renda

Com menos de 10 mil habitantes e cerca de 1,4 mil propriedades rurais, o município de Agudos do Sul chamou a atenção da equipe do Globo Rural no mês de abril. O principal programa de TV do país dedicado ao universo rural foi conferir de perto como funciona o trabalho dos agricultores familiares da região e a parceria deles com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agudos do Sul, a Emater, a Prefeitura Municipal e a Copasol Sul. O resultado dessa união é a produção de alimentos de qualidade e a geração de renda para as famílias do campo.

Cerca de 65% da população do município reside na zona rural e é do campo o maior fluxo econômico de Agudos do Sul. Com a pandemia do novo corona-

vírus, os agricultores familiares da região ficaram preocupados, mas buscaram alternativas para escoar seus produtos. Uma das mais importantes é o Programa da Merenda Escolar, que consiste na compra de alimentos feita pelo governo para as escolas estaduais e municipais. Diversos agricultores participam do programa e, para muitos deles, essa é a principal fonte de renda. Mesmo com a suspensão das aulas, o programa foi mantido e os alimentos agora são entregues quinzenalmente aos estudantes regularmente matriculados, beneficiários do Programa Bolsa Família e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

“Em Agudos do Sul já existe uma produção bastante organizada que atende o Programa da Merenda Escolar e isso garantiu a renda dos pequenos produtores que, principalmente neste momen-

to de crise, não tem como escoar seus produtos. Essa organização é fruto da forte atuação do sindicato, da prefeitura municipal e de parceiros”, ressalta o presidente da FETAEP, Marcos Brambilla.

Um exemplo de dedicação é o agricultor Ambrósio Pazda que, aos 95 anos, ainda faz questão de ajudar a família no cultivo de frutas. Pai de seis filhos, ele mora em Agudos do Sul desde 1950, quando comprou a propriedade de 12 alqueires. Ele e mais dois filhos produzem caqui, abóbora, pêssego e suco de uva para o Programa da Merenda Escolar.

“Ficamos bastante preocupados com a crise. Em tantos anos de vida nunca tinha visto nada igual. Mas estamos conseguindo manter o nosso trabalho e escoar a produção com a rede de apoio que fortalece os produtores locais.”

65%
da população de
Agudos do Sul reside
na zona rural

Aline Cambuy



A equipe do Globo Rural registrou imagens na propriedade do agrônomo Ruy Alberto, que cultiva hortaliças.

Aline Cambuy



A união dos agricultores familiares e instituições parceiras fortalece a renda das famílias da região.

Aline Cambuy



Aline Pasda mostrou como funciona sua agroindústria familiar, onde produz pães, bolos e bolachas para a merenda escolar.

Aline Cambuy



Ambrósio Pazda cultiva caquis, abóboras, pêssegos e produz suco de uva.

Para a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agudos do Sul, Mery Terezinha, além do trabalho do sindicato junto aos agricultores familiares, os parceiros são essenciais na geração de renda. "Esse esforço coletivo que une o STR, a Emater, os agricultores e a prefeitura municipal, por meio do Programa Agudos Crescendo com Você, contribui para um objetivo em comum: garantir a geração de renda para essas famílias."

E foi por meio do sindicato, que Aline Pasda conseguiu crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). "Há 9 anos construí a minha agroindústria com esse financiamento. Hoje, eu e a minha mãe trabalhamos juntas na produção de pães, bolos e bola-

chas." Para a merenda das escolas municipais, elas fazem cerca de 70 kg de pão por semana. Além disso, produzem 120 kg de panificados para as escolas estaduais a cada quinzena. O Pronaf financia custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar.

Aline também é presidente da Copasol Sul e tem orgulho do crescimento da cooperativa. "Temos evoluído. Sem boas parcerias, nós, que somos pequenos, não conseguimos crescer. Mas, unidos, evoluímos muito rápido."

Números da Merenda Escolar no PR

Atualmente, 23 mil pequenos agricultores estão inscritos no programa no Paraná. O Governo do Estado determinou, mesmo com a situação criada pela pandemia do coronavírus, a manutenção da compra de alimentos da agricultura familiar. Além disso, o volume foi ampliado com aporte extra de R\$ 20 milhões. Foram acrescidas 3 mil famílias de agricultores, totalizando 25 mil produzindo em todo o Paraná.

Coletivo da Agricultura Familiar

Logo no início da pandemia do Coronavírus, o município novamente uniu esforços em busca de alternativas e criou o Coletivo da Agricultura Familiar. O objetivo é comercializar produtos pela internet, por meio da plataforma Cooltívando que é uma parceria entre a empresa e a Prefeitura de Agudos do Sul, para disponibilizar acesso ao banco de alimentos. "Antes o produtor vendia para a Ceasa, mas com a crise, não consegue mais comercializar lá a mesma quantidade de produtos. Essa plataforma permite com que ele venda, em conjunto com outros produtores, produtos frescos e de qualidade que são entregues para os consumidores de Curitiba. Dessa forma, ele escoar mais produtos e recebe o pagamento semanal, sempre que as entregas são feitas", conta Mery Terezinha.

Agudos Crescendo Com Você

O Programa Agudos Crescendo com Você tem como principal objetivo a compra e comercialização de produtos da agricultura familiar, a valorização do produto e a garantia de mais empregos e geração de renda. Os produtores da região que tiverem interesse em fazer parte do programa, podem entrar em contato pelo telefone (41) 9276-5104.



SISTEMA S



MP reduz em 50% as contribuições das empresas ao Sistema S



Pxhere

Corte afeta a arrecadação de entidades como o Senar, importante no desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Medida tem o objetivo de atenuar os impactos da pandemia na economia

A Medida Provisória nº 932 de 31 de março de 2020 reduz por três meses as contribuições recolhidas pelas empresas para financiar o Sistema S. A medida integra o pacote do governo federal para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus na economia. O corte será aplicado ao período entre 1º de abril e 30 de junho.

AMP estabelece também que, durante os três meses de corte nas contribuições, as entidades do Sistema S terão que destinar à Receita Federal 7% do valor arrecadado, como retribuição pelos serviços de recolhimento e repasse. O percentual é o dobro do até então previsto (3,5%) na Lei 11.457/07. De acordo com a medida, as instituições afetadas serão: Senai, Sesi, Sesc, Sest, Sescop, Senac, Senat e Senar. Apenas as alíquo-

tas de contribuição ao Sebrae não mudaram.

De acordo com o Poder Executivo, os percentuais pagos pelo setor produtivo sofrerão corte de 50%. No tocante ao Sebrae, a MP determina que sejam destinados ao Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, no mínimo, 50% do adicional da contribuição que lhe for repassado. Assim que anunciou as primeiras medidas para enfrentamento à covid-19, o governo avaliou que a redução da verba do Sistema S representaria impacto de R\$ 2,2 bilhões.

“O texto da MP estabelece excepcionalmente a redução da alíquota do Senar incidente sobre a comercialização da produção rural, pelos produtores rurais, inclusive segurado especial, no valor de 0,10%. Antes da MP, a alíquota do Senar era de 0,20% sobre o valor da comercialização agropecuária”, explica o assessor jurídico da FETAEP, Clodoaldo Gazola.



“A MP reduz a alíquota do Senar sobre a comercialização da produção rural”.

Clodoaldo Gazola, assessor jurídico da Fetaep.

Em esclarecimento, a superintendente do Senar no Paraná, Débora Grimm, ressaltou que “em função da redução das alíquotas de contribuição para as entidades que formam o Sistema S, o SENAR-PR está fazendo os ajustes necessários para a manutenção dos serviços e atendimentos aos produtores e trabalhadores rurais do Paraná, inclusive quanto a oferta de cursos pós pandemia do coronavírus”.

Novas Alíquotas

- Sescop: 1,25%
- Sesi, Sesc e Sest: 0,75%
- Senac, Senai e Senat: 0,5%
- Senar: 1,25% da contribuição incidente sobre a folha de pagamento; 0,125% da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria; e 0,10% da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial.

Sistema S

O Sistema S reúne entidades empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, serviços considerados de interesse público.

Apesar de serem privadas e administradas por federações e confederações patronais, as entidades são mantidas por meio de contribuições compulsórias estabelecidas em lei e administram recursos públicos. Uma parte das contribuições e tributos que as empresas pagam sobre a folha de pagamento é repassado para as entidades do Sistema S.

Atualmente, nove entidades fazem parte do sistema. O nome de todas inicia-se com a letra “S”: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescop); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Social de Transporte (Sest).

7%
do valor arrecado pelas entidades do Sistema S serão destinados à Receita Federal

PNAE

Ministério da Educação publica orientações para execução do PNAE

Cartilha traz medidas a serem tomadas devido ao estágio de emergência decorrente da pandemia do coronavírus

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), definiu as regras para a distribuição dos alimentos adquiridos com os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os kits serão distribuídos para os alunos das redes pública de ensino municipal e estadual. A distribuição foi regulamentada pela Resolução nº2, publicada pelo MEC no dia 13 de março no Diário Oficial da União.

Por exemplo, o FNDE prevê que os alimentos sejam distribuídos na forma de kits definidos pela equipe de nutrição local de acordo com a faixa etária do estudante e o período em que estaria sendo atendido na unidade escolar. A resolução ainda traz orientações sobre as compras da agricultura familiar no período, como a possibilidade das chamadas públicas poderem ser feitas de forma remota e a documentação enviada digitalmente.

Outra medida tomada foi a divulgação de uma cartilha com orientações práticas para a execução do PNAE. A cartilha aborda o planejamento, recebimento e distribuição de alimentos. Orienta-se que todos utilizem máscaras, tanto a equipe de nutricionistas, como os colaboradores que atuarem no processo de composição do kit de alimentos.

Desde pontos a serem considerados pelos nutricionistas da alimentação escolar como verificar o estoque, observar a qualidade nutricional, garantir a qualidade higiênico-sanitária e a distribuição dos gêneros alimentícios, até dicas de higiene das mãos, a cartilha compõe orientações valiosas neste período de pandemia.

A cartilha completa encontra-se disponível no link: <https://bit.ly/2Vwso0x>

O PNAE atende mais de 40 milhões de estudantes, segundo o FNDE



Divulgação FNDE

A cartilha traz orientações para melhorar a higiene dos alimentos e evitar a disseminação do vírus.

“Muitos dos estudantes fazem a sua principal refeição do dia nas unidades de ensino. Precisamos garantir, neste período de isolamento social, a alimentação adequada a esses alunos.”

Karine Santos, presidente do Fundo Nacional de Alimentação Escolar.



Agricultores familiares são beneficiados por lei que prevê auxílio emergencial



O estado de calamidade pública causou grande dificuldade de comercialização da produção rural para boa parte dos agricultores familiares.

Aprovada pelo Senado, a Lei nº 13.982 vai à sanção presidencial para entrar em vigor

No dia 2 de abril foi publicada a Lei nº 13.982, que estabelece, entre outras coisas, um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 mensais durante três meses. Para ser beneficiário, o trabalhador deve cumprir uma série de requisitos.

O Senado Federal aprovou a inclusão de agricultores familiares como um dos públicos favorecidos com o auxílio emergencial. A inclusão dos agricultores familiares será pelo registro nos programas do Governo Federal, a princípio aos que tenham acesso ao Pronaf pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP.

O Senado aprovou também a ampliação do auxílio emergencial aos informais para garantir o benefício a mães adolescentes e o dobro do valor (R\$1,2 mil) para pais chefes de família. Atualmente, só as mães solteiras e maiores de idade são beneficiadas. Até a data desta notícia, a proposta

ainda precisaria de sanção do presidente Jair Bolsonaro para entrar em vigor.

A Lei

A Lei aprovou um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais por 3 (três) meses, ao trabalhador que cumpra, cumulativamente, todos os seguintes requisitos:

- Seja maior de 18 (dezoito) anos de idade
- Renda familiar mensal per capita de até ½ (meio) salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários mínimos
- Tenha recebido rendimentos tributáveis no ano de 2018 de até R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);
- NÃO tenha emprego formal ativo (trabalha com carteira assinada); e
- Que exerça atividade na condição de:
 - Microempreendedor individual (MEI);
 - Contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social que contribua com a alíquota de 11% (onze por cento); ou
 - Trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente, desde que

INSCRITO no CadÚnico até 20 de março de 2020, ou que, nos termos de auto-declaração, cumpra o requisito de renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

O recebimento do auxílio emergencial substitui o benefício do Bolsa Família nas situações em que for mais vantajoso, que será feito pelo próprio Governo e está limitado a até dois membros da mesma família.

Este auxílio emergencial será operacionalizado e pago, em até três prestações mensais, por instituições financeiras públicas federais (Caixa e/ou Banco do Brasil). As três parcelas do auxílio emergencial devem ser pagas a todos os beneficiários até 29 de maio. As segunda e terceira parcelas serão pagas de acordo com o mês de aniversário do cidadão entre os dias 27 e 30 de abril, e entre 26 e 29 de maio, respectivamente.

Clodoaldo Gazola,
assessor jurídico da FETAEP.



FETARP

Governo lança programa para enfrentar estado de pandemia

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda prevê concessão de benefício emergencial para trabalhadores com jornada reduzida ou contrato suspenso



O Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 932, que cria o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente do coronavírus.

O programa prevê a concessão do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da

Renda aos trabalhadores que tiverem jornada reduzida ou contrato suspenso, e auxílio emergencial para trabalhadores intermitentes com contrato de trabalho formalizado. "A compensação será paga independentemente do cumprimento do período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos", diz o presidente da FETARP, Carlos Gabiatto.

O Benefício

O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda terá como base de cálculo o valor mensal do seguro desemprego ao qual o trabalhador teria direito, variando entre R\$1.045,00 e R\$ 1.813,03. Quem recebe Benefícios de Prestação Continuada (BPC) ou seguro desemprego não tem direito ao benefício, excluindo pensionis-



O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda garante segurança aos trabalhadores durante a pandemia.

"A compensação será paga independentemente do cumprimento do período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos."

Carlos Gabiatto, presidente da FETARP.

tas e titulares de auxílio-acidente. A primeira parcela será paga dentro de trinta dias a contar da data de celebração do acordo.

No caso de redução da jornada de trabalho e salário, o percentual do seguro desemprego é equivalente ao percentual da redução, seja 25%, 50% ou 75% da jornada, que deve ser informada pelo empregador ao Ministério da Economia dentro de dez dias da celebração do acordo.

Qualquer ajuda compensatória mensal que seja concedida em caráter eventual pelo empregador não integra a base de cálculo do imposto de renda na fonte ou na declaração de ajuste da pessoa física, nem a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários, além de não integrar também a base de cálculo do valor devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Redução de jornada e salário e suspensão de contrato

Tanto a redução proporcional de jornada e salário como a suspensão do contrato de trabalho com pagamento de seguro desemprego podem ser acordados entre empregador e empregado. Os empregados terão direito ao benefício se, em caso de redução de jornada, seja preservado o valor do salário-hora e tenha prazo máximo de 90 dias.

Já a suspensão está prevista desde que seja com prazo máximo de 60 dias, pactuada por acordo individual escrito e a proposta encaminhada com no mínimo dois dias de antecedência. Os benefícios devem ser mantidos durante o período de suspensão e o empregado não pode permanecer trabalhando.

Ambas as situações descritas acima valerão somente se a proposta for efetivada por meio de acordo individual escrito encaminhado com no mínimo dois dias de antecedência e o emprego seja garantido provisoriamente durante as situações e após, por período equivalente.

Acordos coletivos

Uma medida cautelar do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os acordos individuais de redução de jornada de trabalho ou de salário devem ser comunicados aos Sindicatos profissionais no prazo de dez dias corridos contados da data de sua celebração, para que, se quiserem, conduzam a negociação coletiva. O silêncio do Sindicato, representará "anuência" ao acordado entre empregador e trabalhador. Esta medida, dá ainda mais garantias de que o trabalhador não seja coagido a nenhum acordo prejudicial. Além disso, a obrigatoriedade da ciência dos sindicatos das categorias sobre qualquer acordo individual nos termos da medida provisória permite um olhar mais amplo e especializado sobre as condições às quais o trabalhador será submetido.

Para os acordos coletivos que difiram da MP no percentual de redução, o benefício será pago de acordo com a tabela:

Redução (%)	Pagamento
Inferior a 25%	Não há direito
entre 25% e 50%	25% do seguro desemprego
entre 50% e 70%	50% do seguro desemprego
superior a 70%	70% do seguro desemprego

A jornada de trabalho e o salário pago anteriormente serão imediatamente restabelecidos quando houver cessação do estado de calamidade pública, o encerramento do período pactuado no acordo individual e a antecipação pelo empregador do fim do período de redução pactuado.



TECNOLOGIA

Agricultura familiar aposta na tecnologia para manter as vendas



Mais de 80 famílias estão cadastradas para comercializar na plataforma digital

Sites próprios, redes sociais, aplicativos de entrega e iniciativas do governo são algumas das alternativas encontradas pelos produtores

O comércio de frutas, legumes e verduras, assim como o restante da produção agrícola familiar, sempre foi uma atividade que não sofreu muitas alterações. O produtor planta, colhe e vende, quando não para supermercados e compradores grandes, diretamente para o consumidor final. Normalmente em feiras livres, o agricultor pode expor os seus produtos e negociar frente a frente com a população.

Porém, em tempos de distanciamento social e reclusão devido à pandemia do novo coronavírus, os produtores rurais paranaenses têm utilizado a tecnologia e a internet como aliadas para manter as suas vendas e garantir o escoamento da produ-

ção. Sites, redes sociais e aplicativos são algumas das opções criadas para que o produto chegue ao consumidor.

Com as pessoas impossibilitadas de sair de casa, a busca por maneiras alternativas de comprar aumentou. No caso do setor de alimentos, não foi diferente e aplicativos de entrega como o Rappi já registraram um crescimento de 30% no número de pedidos.

Outro setor que não tem do que se queixar é o de alimentos orgânicos. Segundo dados da Organix, entidade de promoção do setor, o faturamento durante um mês de quarentena foi de R\$ 500 milhões e, para este ano, a instituição mantém a previsão de lucro estimado de R\$ 5 bilhões.

Porém, o delivery é seguro? De acordo com as diretrizes da autoridade sanitária European Food Safety Authority (EFSA), atualmente não há evidências de que alimentos podem ser fontes ou rotas de

transmissão do vírus. Mesmo assim, todo cuidado é pouco e as medidas protetivas adotadas como evitar aglomerações, usar máscaras e álcool gel são importantes.

Foi o que aconteceu com a produtora de orgânicos Rosemari Ribas, de Campo Magro, Região Metropolitana de Curitiba. "Nós tivemos que nos adaptar. Instalamos torneira e pia na nossa barraca e levamos álcool gel e máscara para a feira, além de não deixar formar aglomerações", conta Rosemari.

Apesar de não ter abandonado o método tradicional de venda, a feira, a produtora garante que adotar novas práticas foi fundamental para continuar vendendo. "O começo foi o mais difícil para nós, pela expectativa do que poderia dar errado. Mas realmente nos reinventamos e descobrimos nas redes sociais um grande aliado para comercializar nossos produtos", adiciona.



pxhere

Redes sociais e tecnologia facilitam a vida de agricultores familiares.



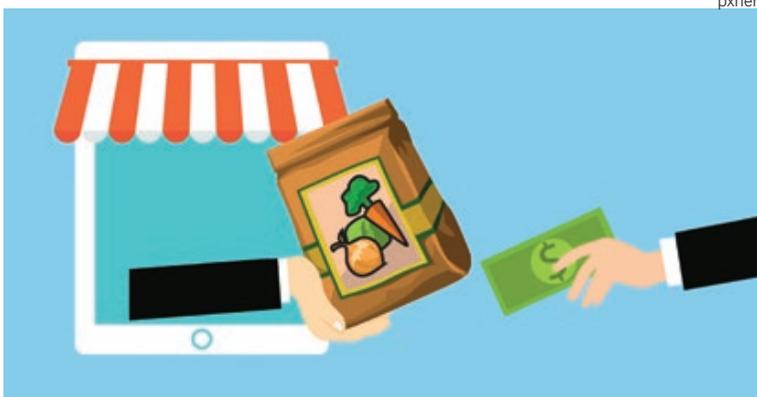
“Quando começamos a visitar as famílias, não imaginávamos que Agudos do Sul poderia ter tanta diversidade de produção.”

Mery Terezinha Woiciekovski,
presidente do STR de Agudos do Sul



Coletivo Agricultura Familiar

Cesta preparada pelo Coletivo da Agricultura Familiar de Agudos do Sul.



pxhere

A ideia dos “kits” ou sacolas de produtos é uma iniciativa fruto das dificuldades da quarentena.

“Eu passei a usar o facebook durante este período de quarentena e os nossos clientes realmente gostaram da praticidade”, conta ela. A agricultora, que trabalha com o marido e filho em todas as etapas do processo produtivo, ainda afirma que as vendas online significam agora uma renda praticamente igual à que tinham antes da quarentena só com a feira.

União dos agricultores

Rosemari e sua família passaram a se unir com outros produtores vizinhos para diversificar as opções que ofereciam em sua lista de produtos. Hortaliças, frutas, legumes, grãos, pães e embutidos são algumas das alternativas que o consumidor pode encomendar pelo telefone ou pelas redes sociais.

“O ponto fundamental para continuarmos trabalhando foi a solidariedade entre os agricultores. Juntamos todo mundo e fizemos sacolas de produtos, que outros vizinhos aqui vendem

para que a produção nunca se perca”, explica ela.

Outra iniciativa que se baseou na solidariedade entre os trabalhadores rurais foi o Coletivo da Agricultura Familiar, em Agudos do Sul, Região Metropolitana de Curitiba. O coletivo é um banco de alimentos criado por meio de uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Copasol, Emater e a Cooltivando. O projeto tem como propósito fomentar a economia e desenvolver a produção local de Agudos do Sul.

Mery Terezinha Woiciekovski, 1ª secretária de finanças da FETAEP e presidente do STR de Agudos do Sul, conta que o projeto já vinha sendo estruturado há pelo menos seis meses antes da quarentena. “Nós estávamos na etapa de planejamento quando notamos que os agricultores estavam perdendo parte da sua produção por conta do isolamento. A produção continuava a mesma, mas não chegava no consumidor”, afirma.

“A partir de então, a ideia foi sendo colocada em prática. Conseguimos fazer a plataforma de interface com o comprador e visitamos as famílias para levantar o que tinham de produção”, conta Mery. “Na primeira semana do projeto vendemos 16 cestas. Nesta semana já preparamos 30. É um resultado crescente”, diz.

“A plataforma que criamos facilitou muito o trabalho. Com ela quem quer comprar tem acesso aos produtos e quem quer vender tem um lugar para não deixar que a produção se perca”, finalizou Mery

Atualmente são mais de 80 famílias cadastradas para vender seus produtos por meio do coletivo. O sistema funciona beneficiando um grupo de famílias diferente a cada semana, para que todos possam usufruir dos benefícios da iniciativa. Toda segunda-feira é publicada a lista de produtos da semana no site e o consumidor pode escolher os produtos que quer comprar. O site para contato é o www.cd.cooltivando.com.br.

O cadastro é obrigatório para os produtores rurais e garante a rastreabilidade e sanidade de todos os rebanhos paranaenses.

ATUALIZAÇÃO DE REBANHOS

Adapar amplia prazo para atualização de rebanhos

A campanha, que substitui a vacinação contra febre aftosa, começou em 1º de maio e se estenderá até 30 de novembro

CAMPANHA DE ATUALIZAÇÃO DO REBANHO

PRAZO: ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2020

PARANÁ: UM ESTADO LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

ATENÇÃO AGRICULTOR! PROCURE O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SUA CIDADE E VERIFIQUE SE É UMA INSTITUIÇÃO AUTORIZADA PARA ATUALIZAR SEU REBANHO.

STR
SINDICATOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

FETAEP
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) publicou uma portaria que prevê a ampliação do prazo para que os rebanhos paranaenses sejam atualizados. A Campanha de Atualização de Rebanhos, que substitui a vacinação contra febre aftosa no Paraná, começou na última sexta-feira (1º de maio) e se estende até 30 de novembro. A alteração é por conta da pandemia do novo coronavírus, que mudou a forma de atendimento da Adapar. A campanha então não terá mais duas etapas, uma em maio e outra em novembro, conforme previsto.

A Portaria nº 78, publicada pela agência no dia 27 de abril, estabelece o período de forma excepcional. Conforme previsto em lei, o cadastro é obrigatório (Decreto Estadual 12.029/2014) para os produtores rurais e garante a rastreabilidade e sanidade de todos os rebanhos paranaenses como

bovinos, bufalinos, cabras, ovelhas, suínos, cavalos, jumentos, mulas, galinhas, peixes e abelhas.

Devendo ser realizada preferencialmente de forma online, pelo site da Adapar, a atualização de rebanho realizada em uma etapa tem como objetivo a preservação da saúde dos servidores e dos produtores rurais frente à Covid-19, segundo a entidade. No site o produtor pode encontrar o banner da Campanha de Atualização do Rebanho para acessar o sistema de comprovação, que também está disponível por meio do link: www.produtor.adapar.pr.gov.br/comprovaorebanho.

O atendimento presencial nas unidades da Adapar só será realizado quando todas as orientações das autoridades sanitárias e de saúde pública forem cumpridas. Após o dia 31 de outubro, a Guia de Trânsito Animal (GTA) só será emitida em conjunto com a atualização de todas as

espécies animais existentes na propriedade. O procedimento está de acordo com a Instrução Normativa nº 47, que suspendeu a vacina contra febre aftosa no estado.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) filiados à FETAEP estão habilitados a emitir as GTAs. A notícia foi oficializada em junho do ano passado em seminário realizado pelo diretor presidente da Adapar, Otamir César Martins, na sede da federação em Curitiba. O termo de colaboração foi assinado também pelo presidente da FETAEP, Marcos Brambilla e pelo secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, e previu a capacitação dos funcionários dos sindicatos.

Você pode conferir a lista dos STRs habilitados a emitir a GTA na página da FETAEP www.fetaep.org.br

PRODUTORES DE FUMO

FETAEP se reúne com a Souza Cruz para tratar da situação dos produtores de fumo no PR

A Souza Cruz apresentou o plano de ação para os produtores impactados

A Souza Cruz reduziu a área contratada para Safra 2021 no Paraná e a FETAEP se mobilizou para entender junto a empresa quais soluções foram planejadas para minimizar os impactos para os agricultores familiares que foram afetados.

No dia 22 de abril, a diretoria da federação, juntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), conversou com o gerente nacional de produção da Souza Cruz, Vladimir Moura, e com o gerente regional Eduardo Martins. Participaram da reunião o presidente da FETAEP, Marcos Brambilla, a 1.ª vice-presidente Ivone Francisca de Souza, o secretário geral Alexandre Leal dos Santos, o secretário de finanças e administração José Amauri Denke e a assessora de política agrícola Ana Paula Conter de Lara, além do presidente do STR de Ivaí Claudinei Brilak, que é diretor do Fórum Nacional de Integração (Foniagro) e da engenheira agrônoma da SEAB, Adriana Baumel.

"A Souza Cruz apresentou o plano de ação para os produtores impactados, que inclui o perdão das dívidas de investimentos contraídos para produção de tabaco MARYLAND, nos produtores que foram descontinuados. Isso porque estes produtores deixarão de utilizar os ativos para produzir tabaco", revelou o secretário de finanças e administração da FETAEP, José Amauri Denke.

"Caso algum produtor entender que está tendo outro prejuízo relacionado à não renovação do contrato para cultivo do tabaco, poderá negociar individualmente com a empresa. A orientação é que o agricultor converse com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da sua região", completa Denke.

O presidente da FETAEP, Marcos Brambilla, afirmou que o desafio agora é buscar alternativas de renda para esses agricultores. "Muitos fizeram investimentos se programando para cultivar o fumo por vários anos e agora precisarão mudar de atividade agrícola. Não deixaremos esses agricultores sozinhos. Vamos fazer o que for preciso para



Diretoria da FETAEP reunida com representantes da Souza Cruz.



95% da produção brasileira de tabaco está concentrada nos estados do Sul, de acordo com o Departamento de Economia Rural.

auxiliá-los a buscar novas possibilidades que supram suas necessidades de renda, dentro do espaço que possuem."

Sobre a redução dos contratos nos demais tipos de tabaco, a gerência da Souza Cruz expli-

"A Souza Cruz apresentou o plano de ação para os produtores impactados, que inclui o perdão das dívidas de investimentos contraídos para produção de tabaco MARYLAND"

José Amauri Denke, secretário de finanças e administração da FETAEP.

cou que ela foi feita com base em critérios de qualidade e sustentabilidade, e que a decisão foi pautada no crescimento do mercado ilegal que chegou a 57% do mercado total em 2019, segundo dados do Ibope.



Juntos fazendo um
SINDICALISMO
+ FORTE e ATUANTE

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

**QUANTO MAIS UTILIZAR OS SERVIÇOS DO SEU
SINDICATO, MAIS CHANCES TERÁ!**

NOVO SÓCIO



**CONTRATAR
CRÉDITO RURAL** =
PELO SINDICATO



**PAGAR
CONTRIBUIÇÃO
SINDICAL 2020**



**ASSOCIADO EM ATRASO
QUE QUITAR SEUS
DÉBITOS**



**CONTRATAR
SEGURO DE VIDA** =
COSTA & PARRA



**ASSOCIADO APOSENTADO QUE
AUTORIZAR O DESCONTO DA
MENSALIDADE
SOCIAL NO BENEFÍCIO**



**UTILIZAR OS SERVIÇOS
INSS DIGITAL
OU MEU INSS
NO SINDICATO**



**PAGAR
MENSALIDADE** =
EM DIA (INCLUSIVE APOSENTADO)



**PAGAR
CONTRIBUIÇÃO
CONFEDERATIVA 2020**



*Os serviços devem ser executados no período de vigência da campanha 02 de abril até 19 de outubro de 2020.
O sorteio será realizado no dia 21 de outubro de 2020.*

Consulte o regulamento em www.fetaep.org.br/campanha

1 Carro Renault
Kwid Life 0 km

2 Motos HONDA
CG 160 Titan 0 km

7 SmartTv PHILCO
40" LED full hd

